



ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor – SNIPC, desenvolvido pelo IBGE, efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). O período de coleta do **INPC** estende-se, em geral, do dia 1º ao último dia do mês de referência. A população-objetivo do **INPC** abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 01 (um) e 06 (seis) salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões. A pesquisa foi iniciada em 1979.

O **INPC** é, historicamente, o índice que serve como parâmetro para o reajuste de salários. Como sua base de pesquisa atinge a faixa de renda de até 06 (seis) salários mínimos, engloba mais de 90% (noventa por cento) da população empregada no país. Também é o índice utilizado pelo governo para o reajuste das aposentadorias.

Sua periodicidade é mensal e a abrangência geográfica compreende as Regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília e o município de Goiânia.

RESULTADOS DIVULGADOS – 2009

Área Geográfica	Dezembro	Acumulado
Brasil	0,24%	4,11%
Belém	0,52%	4,48%
Belo Horizonte	0,20%	3,86%
Brasília	0,24%	3,60%
Curitiba	0,02%	4,68%
Fortaleza	0,27%	4,25%
Goiânia	0,26%	3,32%
Porto Alegre	-0,25%	3,18%
Recife	0,70%	4,38%
Rio de Janeiro	0,09%	3,36%
Salvador	0,28%	4,04%
São Paulo	0,30%	4,68%

INFLAÇÃO MEDIDA PELO INPC/IBGE NA VIGÊNCIA DO PLANO REAL

	BRASIL	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
JULHO A DEZ/1994	19,81	20,85
1995	21,98	17,20
1996	9,12	6,52
1997	4,34	1,36
1998	2,49	3,10
1999	8,43	7,49
2000	5,27	4,51
2001	9,44	8,73
2002	14,74	16,73
2003	10,38	10,07
2004	6,13	5,66
2005	5,05	4,61
2006	2,81	1,89
2007	5,16	4,64
2008	6,48	6,49
2009	4,11	4,25
TOTAL	260,53%	223,76%

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Julho de 1994	R\$ 64,79
Janeiro de 2009	R\$ 510,00
Variação até Fevereiro de 2009	687,16%

Ganho real do salário mínimo sobre a inflação nacional desde julho de 1994 até fevereiro de 2009 = 118,33%

CESTA BÁSICA

A pesquisa sobre a cesta básica é levantada mensalmente pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), em 17 capitais no país. Leva em conta os preços no varejo em cada mês de pesquisa. Anteriormente, os dados do DIEESE somente eram pesquisados na cidade de São Paulo e, portanto, não eram considerados em negociações coletivas de trabalho por essa pouca expressão. Pode-se considerar a inflação da cesta básica para negociar os índices de reajuste dos benefícios concedidos pelas empresas em termos de alimentação: cesta básica, vales-refeição ou alimentação e até a correção dos preços cobrados por refeição. Nesta demonstração, considera-se o tempo gasto pelo trabalhador que recebe o salário mínimo, para comprar os gêneros alimentícios que manteriam uma família composta por 04 (quatro) pessoas. Segue-se o valor do mês e a comparação com o mesmo mês do ano anterior:

Fortaleza Dezembro de 2009 Produtos	Quantidades	Gasto Mensal		Variação anual %	Tempo de Trabalho (1)	
		Dezembro de 2008 R\$	Dezembro de 2009 R\$		Dezembro de 2008	Dezembro de 2009
Carne	4,5 kg	57,42	53,01	-7,68	30h26m	25h05m
Leite	6 l	9,48	10,56	11,39	5h02m	5h00m
Feijão	4,5 kg	14,36	9,54	-33,57	7h37m	4h31m
Arroz	3,6 kg	7,81	6,73	-13,83	4h08m	3h11m
Farinha	3 kg	5,49	5,37	-2,19	2h55m	2h32m
Tomate	12 kg	38,64	27,00	-30,12	20h29m	12h46m
Pão	6 kg	32,76	28,80	-12,09	17h22m	13h38m
Café	300 g	2,90	2,97	2,41	1h32m	1h24m
Banana	7,5 dz	11,40	13,50	18,42	6h03m	6h23m
Açúcar	3 kg	3,36	5,07	50,89	1h47m	2h24m
Óleo	900 ml	2,88	2,92	1,39	1h32m	1h23m
Manteiga	750 g	10,82	11,49	6,19	5h44m	5h26m
Total da Cesta		197,32	176,96	-10,32	104h36m	83h43m

(1) Tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa para comprar A Ração Essencial (Decreto Lei no. 399 de 30/04/1938)

Dos números apresentados acima, pode-se notar que a cesta básica teve uma redução de 10,32% do seu valor na Região Metropolitana de Fortaleza.

ANÁLISE DOS NÚMEROS

A inflação de 2009, medida pelo INPC, registrou elevação de 4,11%, ainda abaixo do previsto pelos órgãos do governo. A redução de impostos para o consumo, a crise financeira no início do ano e a taxa de juros mais baixa são os principais responsáveis por esse resultado. O governo federal, controlando com mão forte o rumo da economia, segue tomando medidas para manter o plano econômico sem solavancos e promete mais decisões que incentivem o consumo e promete aumentar o nível de emprego e a atividade econômica em um ritmo superior ao dos últimos anos. O resultado do PIB, possivelmente negativo, influenciará no próximo salário mínimo, que cresce pela variação acumulada do PIB e do INPC. Inicia-se, agora, um novo momento, em que a retomada do crescimento econômico permite a revisão dos subsídios e busca-se a reposição das receitas tributárias. O sentimento dos empresários, exposto em declarações da CNI, demonstra que o primeiro semestre será de retomada do crescimento. O dólar em queda favorece as importações e deixa os exportadores novamente em situação difícil. As negociações coletivas continuarão apresentando um viés de fortes discussões e dificuldades, principalmente nas pautas de reposição salarial e manutenção de empregos. Os sindicatos continuam apresentando pautas exigindo ainda aumentos reais de salário e mais benefícios, respaldados no fato de que a crise não passou de “marolinha”.

Como a maioria das categorias tem data-base em Maio, teremos 04 (quatro) meses com a remuneração dos empregados em compasso de espera até que se concluem as negociações e novos pisos sejam negociados. E os índices conduzem a negociações em torno de uma reposição entre 4,11% e 6,1%, índice aplicado pelo Governo Federal para a correção das aposentadorias. E os sindicatos deverão posicionar-se mais fortemente para conseguir repor à pretensa "perda" em relação ao mínimo oficial. Nesse momento, é importante verificar se a política salarial das empresas não será afetada e como ficam os níveis mais baixos da escala hierárquica.

Outro impacto importante é o que virá para os serviços terceirizados. Cabe repensar se ainda é vantajoso mantê-los ou criar novas opções, já que a diferença entre o salário mínimo e o piso praticado se torna pequena demais para constituir um ganho competitivo, se verificarmos que na terceirização pagam-se todos os encargos e mais uma taxa de administração. Além disto, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público e o TST estão firmemente empenhados em combater as terceirizações consideradas fraudulentas. O projeto de lei enviado pelo Ministério do Trabalho à Casa Civil para encaminhamento de votação em regime de urgência praticamente enterra o que existe hoje em termos de terceirização. O planejamento de pessoal passa a ser característica determinante para a gestão das empresas, já que para evitar demissões, pode-se transferir empregados para postos atualmente terceirizados e eliminar os terceiros, hoje e no futuro fonte de processos trabalhistas por subsidiariedade ou solidariedade nas sentenças judiciais.

Existe ainda o risco da introdução do FAP pela Previdência Social, o que pode elevar em até 3% o custo de Seguro de Acidentes do Trabalho, incidente sobre a folha de pagamento. Juntando-se o anteriormente exposto a este acréscimo de custo, poderemos prever um aumento médio da folha de pagamento para 2010, da ordem de 8%, contra a inflação de 4,11%. Cabe rever todo o planejamento de pessoal e modernização da estrutura, além de avaliar mais corretamente o impacto das horas extraordinárias, que podem passar a custar 75% a mais que a hora normal.

**Fortaleza, Janeiro de 2010.
Focvs Consultoria**